

Diálogos entre a *Sócio-História do Português e a História Social da Cultura Escrita*: uma breve apresentação

Huda da Silva Santiago¹ 

Pedro Daniel dos Santos Souza^{2,3} 

¹Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

²Universidade do Estado da Bahia, Eunápolis, BA, Brasil

³Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

E-mails: huda_santiago@uefs.br; pdan.uneb@gmail.com

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidadas

Huda Santiago
Pedro Daniel Souza

Dossiê

Diálogos entre a
Sócio-História do
Português e a História
Social da Cultura Escrita

Como citar:

SANTIAGO, Huda da Silva;
SOUZA, Pedro Daniel
dos Santos. Diálogos
entre a *Sócio-História do
Português e a História
Social da Cultura Escrita*:
uma breve apresentação.
Revista LaborHistórico, v.9,
n.2, e62751, 2023. doi:
[https://doi.org/10.24206/
lh.v9i2.62751](https://doi.org/10.24206/lh.v9i2.62751)

Reunimos, neste volume da *Revista LaborHistórico*, trabalhos que, situados na interface entre a Sócio-história do Português e a História Social da Cultura Escrita, estabelecem investigações em variadas perspectivas e direções ao tempo em que provocam diálogos entre esses importantes e produtivos campos. São 13 artigos, de autores de diversas instituições e regiões do Brasil, que contribuem para concretizar a motivação inicial para este dossiê: reunir estudos que se inscrevam nas interfaces possíveis entre uma sócio-história do português e a História Social da Cultura Escrita – uma forma particular de fazer História Cultural, que busca investigar as práticas sociais de escrever e de ler, assim como os discursos produzidos por uma determinada sociedade sobre o que escreve e lê, em um projeto que reconhece a escrita como algo mais que um mero sistema gráfico, questionando acerca das suas diferentes funções socioculturais e práticas materiais, sempre em referência às respectivas sociedades históricas (Castillo Gómez, 2003) –, com ênfase à emergência e às rupturas promovidas na historiografia quanto aos temas, sujeitos, objetos, métodos e fontes históricas.

A tentativa de aproximação à história social linguística do português e, mais especificamente, à história do português brasileiro passa, também, por tentar aproximar-se à história social da cultura escrita no Brasil, em tempos e espaços diversos, desde o início da conquista e colonização da chamada América portuguesa, em fontes escritas de natureza varia. Considerando os campos de investigação para uma história do português brasileiro propostos por Mattos e Silva (1998), podemos entrever essa aproximação, na medida em que, para investigar *a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias* – uma das quatro vias apontadas por Houaiss (1985) para enfrentarmos a problemática de se explicar o português do Brasil –, a autora destaca a necessidade de uma reconstrução da história da escolarização no Brasil, mais amplamente, a difusão social da escrita, o que abriria caminhos para compreendermos as relações e as tensões entre normas linguísticas socialmente prestigiadas e normas linguísticas socialmente estigmatizadas, além das políticas linguísticas implementadas em nosso país ao longo dos anos. As aproximações a essas histórias, além de permitirem novos olhares em torno da exploração dos arquivos pessoais, das práticas sociais de escrita cotidiana, de pessoas comuns, exigem ainda um melhor tratamento metodológico à constituição de *corpora* representativos do português brasileiro de fases pretéritas.

Assumindo as interfaces entre os campos mencionados, os oito primeiros artigos apresentam temáticas que perpassam pela busca de indícios sobre a difusão social e a circulação da escrita, pela caracterização de perfis sociais de escreventes e pela constituição de *corpora* para o enfrentamento à escrita de uma história da língua portuguesa no/do Brasil. Na sequência, há três artigos cuja ênfase recai nos saberes metalinguísticos e em aspectos da ortografia. E, para encerrar, os três últimos artigos apresentam estudos contextualizados no chamado período colonial: dois que contribuem para a história do português brasileiro e um sobre tradução documental. Passemos, nesse ínterim, a uma breve apresentação, desses trabalhos.

O primeiro artigo deste dossiê, intitulado *A produção dos significados dos termos analfabeto e analfabetismo no século XIX: um estudo baseado em dicionários*, é de autoria de Ana Maria de Oliveira Galvão, uma das principais referências no Brasil quando se trata de temas como cultura escrita e práticas de letramento, cujos trabalhos têm contribuído para fundamentar as investigações mais recentes no campo. No texto aqui apresentado, a autora analisa, através da consulta a dicionários que circularam no Brasil no século XIX, os significados atribuídos às palavras “analfabeto” e “analfabetismo”. Das várias reflexões construídas a partir dos resultados, destaca-se aquela sobre o deslocamento, ao longo desse século, nos processos de significação dos referidos termos, do indivíduo para o coletivo, quando passam a ser indicadores de um problema social, ao serem associados a grupos específicos, como as populações negra e camponesa e outros grupos marginalizados.

No segundo artigo, sob o título “*Naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, [...] usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa*”: povos indígenas e cultura escrita na antiga Capitania de Ilhéus, de Pedro Daniel dos Santos Souza, a discussão volta-se para as formas de apropriação e de participação das populações indígenas brasileiras na cultura escrita. A partir de fontes históricas diversas, o autor apresenta os indícios sobre a situação linguística das vilas de índios da antiga Capitania de Ilhéus, nomeadamente as Vilas de Olivença, Barcelos e Santarém, assim como a atuação dos escrevães-diretores nessas vilas em relação à abertura de escolas e seu funcionamento. Ademais, considerando a documentação utilizada na investigação, mostra que essas vilas, ainda em inícios do século XIX, eram espaços multilíngues, no entanto a política linguística portuguesa expressa no Diretório dos índios e a sua implementação por meio das escolas de ler e escrever provoca, gradativamente, o avanço do uso mais generalizado da língua portuguesa, em detrimento da língua geral e das línguas dos diversos grupos étnicos que moravam nas referidas vilas.

Com ênfase na questão das fontes para o estudo sócio-histórico da língua, no terceiro artigo, intitulado *Projeto Língua EmCena: peças teatrais como fonte para o estudo sócio-histórico da língua*, Rosane de Andrade Berlinck, Sílvia Maria Brandão, Juliana Bertucci Barbosa, Caroline Carnielli Biazolli e Marcus Garcia de Sene apresentam o projeto *Língua EmCena*, que tem por proposta a construção de *corpora* de peças brasileiras do século XIX ao XXI e a caracterização do perfil social de seus personagens, aspecto importante para estudos sobre a variação linguística em fases pretéritas da língua. Nessa direção, fundamentando-se na Sociolinguística Histórica, os autores destacam-se as contribuições que o uso de textos teatrais pode trazer, considerando-se a categorização proposta pelo projeto para as variáveis sociais. Os autores exemplificam a aplicação dessa categorização com um estudo sobre a mudança na morfologia verbal do português brasileiro em sentenças condicionais inseridas pela conjunção –se.

No artigo seguinte, *Cartas de chamada coletivas: reflexões sobre cultura escrita de imigrantes portugueses no Brasil*, de Ana Carolina da Silveira Leite, a partir de *corpus* constituído por cartas de chamada, com assinaturas coletivas, escritas por imigrantes portugueses, homens e mulheres, nas primeiras décadas do século XX, dá-se ênfase ao diálogo entre áreas distintas das ciências humanas, cruzando perspectivas que envolvem a Micro-história, a Linguística, a História Cultural e a Paleografia, com vistas a promover a retirada de sujeitos históricos do esquecimento e dar voz a seus escritos. Para a autora, esse movimento pode possibilitar uma maior compreensão da história da penetração da língua portuguesa no Brasil. As cartas tomadas como *corpus* consistem em escritos ordinários de foro privado com objetivo de convidar outros a migrarem, dentro do contexto de imigração portuguesa ao Brasil do período em questão. A pesquisadora apresenta respostas para importantes questões na construção de

uma História Social da Cultura Escrita no Brasil, principalmente sobre *quem* escrevia e *por que*, possibilitando uma aproximação às trajetórias individuais e coletivas de remetentes e destinatários, além de discutir sobre aspectos de seus discursos, práticas e representações.

O quinto artigo, de autoria de Rafael Rodrigues da Silva Cardoso e Célia Regina dos Santos Lopes, intitulado *Um gradiente da habilidade com a escrita: cartas privadas no contexto da imigração portuguesa para o Brasil no século XX*, também tem como *corpus* um conjunto de cartas privadas no contexto da imigração portuguesa para o Brasil no século XX. Apresenta-se uma análise dos gradientes de habilidade com a escrita de redatores dessas cartas, baseando-se nos critérios de Barbosa (2017) e Santiago (2019), a partir da análise de desvios gráficos em relação ao referencial modelar escolhido, o dicionário de Caldas Aulete, de 1948. Nesse ínterim, trata-se de uma contribuição para a categorização social de escreventes, quando não se têm muitas informações sobre os perfis sociais desses sujeitos. Os autores indicam, ainda, que, nessas cartas de imigrantes, algumas características grafofonéticas evidenciam a transposição, para a escrita, de características da pronúncia do português europeu.

No texto seguinte, que tem como título *De muitas histórias para uma sócio-história do português: um manuscrito oitocentista e uma experiência metodológica*, de Adilson Silva de Jesus e Emília Helena Portella Monteiro de Souza, o diálogo entre a História Social da Cultura Escrita e os estudos linguístico-filológicos mostrou-se profícuo para o desenvolvimento de uma experiência metodológica relativa à representatividade da fonte, à identificação dos *scriptores* e à posição deles na comunidade, fatores cruciais para os estudos históricos de uma língua. O *corpus* é constituído pelo *Livro de Razão do Campo Seco*, produzido entre 1794 e 1838, por três pessoas da família Pinheiro Canguçu em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado, editado na versão semidiplomática. Haja vista a natureza da documentação editada, os autores destacam ser possível reforçar informações sobre o fator escolarização numa perspectiva histórica, que também se caracteriza como um conhecimento essencial para a compreensão da polarização linguística do Brasil.

As *devassas*, processos investigativos de finais do período colonial do Brasil são a base do sétimo artigo, escrito por André Luiz Alves Moreno, sob o título *Indícios de circulação da cultura escrita em contextos sediciosos de finais do Brasil colonial*. Esses documentos, da esfera jurídico-administrativa, são fontes na busca de indícios sobre a difusão social e a circulação da escrita, a construção dos perfis sociológicos de quem leu e escreveu, possibilitando análises mais aproximadas do português que foi introduzido e se difundiu no Brasil. A partir dos processos devassatórios da Inconfidência Mineira (1789), da Revolta dos Letrados (1794) e da Revolução dos Búzios (1798), o autor observa que esses movimentos contribuíram para que a escrita circulasse de forma intensa, sendo difundida entre aqueles que não poderiam, à época, frequentar ambientes escolares, como africanos e seus descendentes. Nessa

direção, o autor, com base nos resultados, avança a hipótese de que se pode estar diante de uma possível emergência de uma escrita não branca, seja ela negra ou mestiça, considerando os envolvidos nos processos sediciosos analisados.

Bruna Trindade Lima Santos e Alicia Duhá Lose, no oitavo artigo, *Filologia e Lexicologia: estudo léxico-semântico de um manuscrito do século XVIII*, com base em alguns fragmentos da edição semidiplomática de um documento setecentista, o *Plano Sobre a Civilização dos Índios da Bahia*, de autoria do militar Domingos Muniz Barreto, realizam um estudo do repertório lexical, verificando a presença do vocabulário de origem indígena e a tentativa de estabelecer uma ortografia portuguesa para palavras indígenas, o que se constitui em indícios da influência indígena no português brasileiro do século XVIII. São utilizados princípios da Lexicologia e, de modo mais específico, da teoria dos Campos Lexicais. A partir da análise dos dados, as autoras concluem que o repertório lexical de Domingos e o uso do vocabulário de origem indígena evidenciam pistas para uma “gramaticização” das línguas indígenas, por meio da grafia em língua portuguesa, demonstrando ainda uma incorporação destas no próprio português brasileiro.

Intitulado *A construção do saber gramatical brasileiro a partir da normatização gráfica de Antonio Alvares Pereira Coruja: alguns apontamentos sócio-históricos*, o nono artigo, de autoria de Alexandre Xavier Lima, tem por temática a construção do saber gramatical brasileiro. De acordo com o pesquisador, o saber linguístico registrado em manuais gramaticais é uma fonte relevante para a abordagem da História Social da Escrita e, sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas, a partir do estudo do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835), de Antonio Alvares Pereira Coruja, contrastando-o a outras gramáticas, verifica-se a tradição da prescrição gráfica de caráter etimológico. O autor considera que este material segue o projeto de ensino de língua nacional difundido pelo Brasil Império, bem como a sua participação em uma corrente gramatical que concebia a língua como expressão do pensamento.

A prescrição ortográfica é também tema do artigo de Maria Hozanete Alves de Lima e Felipe Morais de Melo, através da análise de fontes primárias – manuscritos diversos em português – e fontes secundárias – obras metaortográficas, como os tratados e os tratadistas. No artigo *Descrição e prescrição: sobre os usos gráficos e a ortografia em sincronias passadas*, as reflexões dos autores vão desde o surgimento, no século XVI, de obras metalinguísticas de intenção preceptiva, até a profusão de propostas metaortográficas que foi se estabelecendo a partir desse período, em todos os momentos históricos da língua portuguesa, de modo que manuscritos da mesma época podem ter seguido uma obra e não outra, o que confere uma variedade de tendências gráficas concorrendo para a escrita de um determinado documento. Ademais, o estudo apresentado coloca em evidência uma relativa prevalência de uso de tratadistas nas pesquisas, constatando ainda não apenas uma peculiar e acentuada difusão de ideias ortográficas, mas também uma problemática situação

social e educacional no Brasil. Considerando a análise dos dados e o cruzamento dos resultados, os autores propõem repensar o papel dos tradutores nos estudos da língua escrita em perspectiva diacrônica direcionados ao português brasileiro.

Da autoria de Lara da Silva Cardoso, o texto seguinte, *A importância de uma história das fases gramaticais do português no Brasil Colônia*, aborda os estágios gramaticais do português no Brasil no período colonial, com o interesse de identificar as origens da vertente prestigiada do português brasileiro. São apresentados fatores sócio-históricos, linguísticos e filológicos, destacando-se as vantagens de se tratar a história das gramáticas portuguesas em Portugal e a história das gramáticas portuguesas no Brasil como diferentes, mas em paralelo. A pesquisadora destaca alguns elementos a serem considerados para a formação de *corpus*, especificamente para essa proposta, e trata de questões linguísticas, como a identificação de qual foi a gramática portuguesa para formação da vertente prestigiada do português brasileiro e qual foi o processo de dinamização linguística das gramáticas portuguesas no Brasil Colônia. Com a proposta apresentada, não se pretende estabelecer direções rigorosas ou assertivas, mas se trata de uma sugestão de desdobramento e de alargamento da pauta de pesquisa proposta por Mattos e Silva (2004) para o estudo da vertente prestigiada do português brasileiro, na expectativa de que outras discussões possam ser promovidas, com vistas ao aprimoramento e à (re)configuração da referida sugestão.

No décimo segundo artigo deste dossiê, de Emília Carneiro dos Santos, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, sob o título *Das mãos de Bernardo Vieira Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque: documentos raros dos séculos XVII e XVIII*, apresenta-se um estudo filológico de manuscritos da Família Vieira Ravasco, do período colonial brasileiro. Além da edição semidiplomática – exemplificada com uma amostra de manuscritos dos gêneros certidão e atestado –, apresenta-se uma caracterização sócio-histórica dos documentos, com informações sobre quando, onde, quem e para que foram escritos. Há, ainda, uma análise paleográfica, em que são descritos aspectos extrínsecos e intrínsecos. Trata-se de um trabalho que contribui, principalmente, para estudos sobre a constituição da variedade mais prestigiada do português brasileiro.

Eliabe dos Santos Procópio e Rosineide Lima Gonçalves assinam o último artigo, intitulado *Linguistic Contact and Portuguese-to-Spanish Document Translation During the Iberian Union*. Sob o tema da tradução documental, os autores analisam a tradução do português para o espanhol de um parecer do Conselho de Portugal, que trata da situação político-administrativa das Ilhas Molucas. Usando os conceitos de bilinguismo e diglossia, os resultados indicam o estudo histórico da tradução documental entre português e espanhol como um novo campo de pesquisa e mostram a literalidade como fundamento do trabalho do tradutor, a principal marca da tradução administrativa da União Ibérica. A interferência do tradutor é pontual, mas há casos de omissão e reescrita de trechos do original. Ademais, defendem os autores que o

estudo da tradução de documentos não pode ser considerado um trabalho secundário no âmbito das pesquisas em Linguística e Filologia, haja vista que, historicamente, a tradução possibilitou a expansão do léxico e a incorporação de modelos discursivos.

Por fim, com esse conjunto de estudos aqui brevemente apresentados, esperamos ter reunido uma amostra dos variados trabalhos que estão sendo desenvolvidos no país, situados nas interfaces possíveis entre a Sócio-História do Português e a História Social da Cultura Escrita, e que têm contribuído de algum modo para se enfrentar a problemática traçada por Mattos e Silva (1998), na direção de uma escrita da história do português brasileiro, em particular. Agradecemos aos autores, pela qualidade dos trabalhos submetidos, aos editores da Revista LaborHistórico, Marcus Dores e Célia Lopes, e, também, ao ex-editor, Leonardo Marcotulio, que nos fez o convite inicial para organização do dossiê. Desejamos uma boa leitura, esperando que seja motivadora para novas investigações.

Referências

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em *corpora* histórico-diacrônicos. *Revista da ABRALIN*, v.16, n.2, p. 19-43, Abril de 2017.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, p. 93-124, jan/jun. 2003.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE, Centro de Cultura. 1985.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Para a história do português brasileiro: volume I: primeiras ideias*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 1998. p. 21-52

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

SANTIAGO. Huda da Silva. *A escrita por “mãos inábeis”*: uma proposta de caracterização. 2019. 722 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.